

VIOLÊNCIA CONTRA ECOLOGISTAS

Uma morte por semana

Brasil é o país com maior número de ambientalistas assassinados, diz relatório

RENATO GRANDIELLE renato.grandelle@oglobo.com.br

A cada semana um ambientalista é morto no Brasil. O país é o mais "sangrento" do mundo para quem defende suas terras contra madeireiros, extrativistas e outros invasores de unidades de conservação.

No documento, a ONG indica assassinatos em 16 países. No segundo lugar do ranking está Filipinas, com 33 mortos em 2015, e em terceiro a Colômbia, com 26 casos.

Com a contínua demanda por minerais, madeira e óleo de palma, governos, empresas e grupos criminosos procuram terras e ignoram a população cuja subsistência depende dos recursos destas regiões — denuncia Billy Kyte, gerente de campanhas da Global Witness.

Os povos indígenas são os mais vulneráveis devido ao isolamento geográfico e à contestação de seu direito sobre a terra ocupada.

Embora a iminência dos ataques seja frequentemente conhecida, estas populações continuam desprotegidas. De acordo com o Greenpeace, fazendeiros e madeireiros ameaçam invadir no próximo fim de semana a terra indígena do Alto Turiaçu, no Maranhão, uma das últimas áreas de floresta protegida na Amazônia Oriental.

Para Kyte, não haveria tantas mortes — e, consequentemente, impunidade — se o consumidor soubesse a origem dos produtos.

As empresas devem cortar vínculos com os projetos que pisoteiam os direitos das comunidades nativas — reivindica. — As mudanças climáticas e o crescimento populacional provocarão o aumento da procura por terra e recursos naturais. Se não houver projetos para conter este processo, o número de mortes observado atualmente logo será multiplicado.

O jornalista Pedro César Batista trocou o Pará por Brasília em 1990, dois anos depois do assassinato de seu irmão por "necessidade de

sobrevivência". À época, protestava contra o avanço ilegal da agricultura pela Região Norte.

Tive 18 amigos assassinados — lembra. — Primeiro os fazendeiros e madeireiros tentam cooptar os ambientalistas para que abandonem a luta por direitos sociais. Oferecem uma série de privilégios, inclusive dinheiro. Quando não conseguem, intimidam e espalham calúnias. A esta altura, já é impossível conseguir um emprego.

Por último, matam. As ONGs costumam deslocar seus militantes para evitar uma tragédia. Batista acredita que o número de ameaças a ativistas bateu níveis recordes nos últimos anos, em boa parte devido ao aumento da perseguição promovida pelo próprio poder público.

Um dos casos de maior repercussão no ano

passado foi o assassinato de Raimundo Santos Rodrigues, de 57 anos, que integrava o grupo de proteção da Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão. Em agosto, ele e sua mulher foram vítimas de uma emboscada no interior do estado. Os criminosos dispararam tiros de espingarda contra o casal. Apenas ela sobreviveu.

NEGÓCIOS MOVIDOS PELA FORÇA

Diretor-executivo da Anistia Internacional no Brasil, Atílio Roque afirma que o relatório da Global Witness reflete "uma situação crônica" que mancha há décadas a ocupação do campo.

Segundo Roque, o assassinato de ativistas ambientais é apenas "a ponta do iceberg". — A cadeia de violência é muito maior — destaca. — É um reflexo de como o governo é incapaz de garantir a proteção das populações do campo. Queremos nos integrar ao capitalismo do século XXI, mas na Amazônia os negócios são movidos pela força, como se ainda estivéssemos no século XIX.

RANKING DOS CRIMES

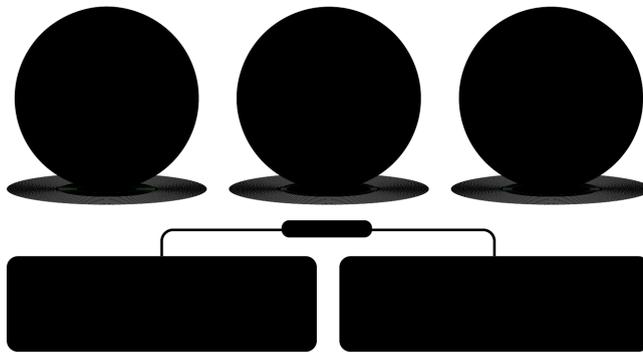
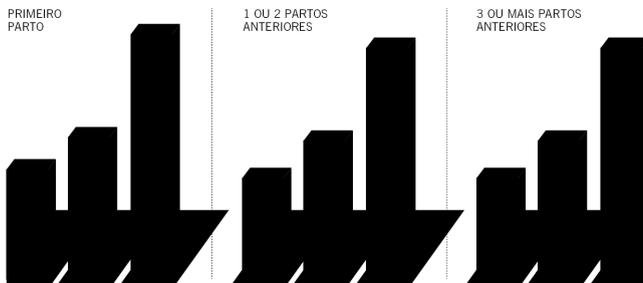


Fonte: Global Witness Editora de Arte

ÍNDICE DE CESÁREAS NO BRASIL

HÁ UMA INEQUIDADE REVERSA NA TAXA DE CESARIANA, MAIOR NAS MULHERES DE MELHOR NÍVEL SOCIOECONÔMICO E NAS USUÁRIAS DO SETOR PRIVADO DE SAÚDE

TAXA SEGUNDO PARIDADE E TIPO DE SERVIÇO



Fonte: ENSP/Fiocruz

Editoria de Arte

Resolução do CFM veta cesariana antes da 39ª semana de gestação

Procedimento antecipado só poderá ser feito caso haja risco para mãe ou bebê

ANDRÉ DE SOUZA andre.renato@bsb.oglobo.com.br PAULA FERREIRA paula.ferreira@infoglobo.com.br

BRASÍLIA E RIO. O Conselho Federal de Medicina (CFM) apresentou ontem uma resolução com objetivo de conter o índice de cesarianas no país, que atualmente corresponde a cerca de 52% dos partos.

Especialistas afirmam que, na prática, apesar de não ter um impacto direto sobre o número de intervenções cirúrgicas, a nova norma irá contribuir para atenuar o índice de bebês que nascem imaturos (já desenvolvidos mas não de forma adequada) com 37 ou 38 semanas.

Segundo o presidente do CFM, Carlos Vital, a autonomia da paciente já era uma diretriz nos trabalhos do médico. A novidade agora diz respeito à segurança do feto, determinando que a cesariana a pedido da paciente só possa ser feita a partir da 39ª semana, a fim de garantir o desenvolvimento da criança.

De acordo com o CFM, dados do Instituto Nacional de Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano (NICHD) dos EUA mostram que, entre 37 e 39 semanas

o bebê passa por uma fase crítica de desenvolvimento de cérebro, pulmões e fígado. O parto antes da 39ª semana deve ser feito apenas quando há indicação médica.

DECISÃO ADIA O PARTO CIRÚRGICO Pesquisadora titular da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fiocruz, Maria do Carmo Leal, que coordenou o estudo, comemorou a resolução publicada pelo CFM. Ela diz que, apesar de não trazer um indicativo para que os médicos evitem a cesariana, a resolução pode ter um impacto positivo na saúde dos bebês.

— É preciso parabenizar essa resolução. Bebês com 37 e 38 semanas ainda estão imaturos e têm vários prejuízos, tanto que uma quantidade enorme deles vai para UTI — avalia Maria do Carmo, afirmando ainda que o ideal seria uma resolução que evitasse a cirurgia desnecessária.

— A resolução não trabalha muito com a questão de evitar a cesárea e sim postergar, o que já é uma coisa boa, mas o correto seria evitar.

O Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas (Acog), outra fonte do CFM para editar a resolução, aponta maior risco quando o parto ocorre antes da 39ª semana. Esses bebês têm maior possibilidade de apresentar problemas como a síndrome do desconforto respiratório, dificuldades para manter a temperatura corporal e se alimentar, tendência a registrar altos níveis de bilirrubina, o que pode levar à icterícia e até mesmo danos cerebrais, problemas de visão e audição.

Para que ocorra a cesariana a pedido da gestante, é obrigatório que ela assinie um termo de consentimento livre e esclarecido pelo médico, no qual registra sua escolha. Apesar de defender o direito de escolha, o presidente do CFM disse que, não havendo contraindicação, é melhor o parto normal.

— A via natural, quando não há contraindicação, é a opção — afirmou Vital. A presidente da Associação Artemis, Raquel Marques, que atua na preven-

Para que ocorra a cesárea, a gestante terá que assinar um termo de consentimento para registrar sua escolha

ção da violência obstétrica, acha importante respeitar o direito de escolha da gestante, mas defende que a responsabilidade sobre o alto índice de cesarianas e as políticas para diminuí-lo não podem recair somente sobre a mulher.

da Fiocruz. Os dados mostram que 70% das mulheres gostariam de ter um parto normal no início da gravidez, mas poucas têm a escolha apoiada. No setor privado, só 15% tiveram respaldo para a opção.